

# A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DA JUVENTUDE

Este trabalho tem por objetivo discutir a importância da cultura na formação identitária da juventude, destacando a necessidade de sua efetivação enquanto política pública voltada para esse segmento. Partindo de uma abordagem qualitativa, no primeiro momento refletiremos sobre alguns olhares referentes à categoria juventude; depois, traremos à reflexão a relação entre cultura e identidade; por fim, discutiremos a necessidade de políticas públicas para a juventude, especialmente no campo da cultura, bem como a participação dos jovens nesse processo.

**Isaac Alexandre da Silva\***

## Alguns olhares sobre a juventude

O debate em torno das questões referentes à juventude nunca teve tanta visibilidade quanto agora. Seja através dos meios de comunicação, seja por meio das publicações ou das manifestações sócio-culturais, as demandas da juventude vão se evidenciando a cada dia e, conseqüentemente, forjando espaços específicos e legítimos de afirmação dos interesses e necessidades juvenis.

Nesse sentido, sublinhamos a contribuição dos movimentos sociais populares, através dos quais a juventude tem travado as suas lutas por uma realidade melhor, o que tem gerado novos olhares sobre a sua condição, seus sonhos, desafios e perspectivas. De acordo com Abramo (2003, p. 22):

[...] a condição juvenil sofreu grandes transformações nas últimas décadas; hoje é difícil



Grafite em comunidade do Rio de Janeiro

dizer que se resume à preparação para uma vida adulta futura: a juventude se alargou no tempo e no espaço social, e ganhou uma série de conteúdos próprios. Isto é, deixou de ser um momento breve de passagem, restrito às classes altas e médias, não só porque a educação foi largamente expandida, pois não é mais definida exclusivamente pela condição estudantil, mas por uma série de movimentos de inserção em diversos planos da vida social; inclusive no mundo do trabalho, na vida afetiva/sexual, na produção cultural, na participação social etc.

Ou seja, a condição juvenil vem

passando por um processo de ressignificação, no qual é imperativo o reconhecimento da polifonia e da “multiplicidade das juventudes e de suas interpretações” (FRAGA e LUIANELLI, 2003, p. 11), se assim se quer compreendê-la no contexto atual. Assim, daqui em diante, quando falarmos sobre juventude, fica subentendido que estamos tratando de “juventudes”, considerando a pluralidade de experiências vivenciadas no universo juvenil, “cada uma das quais caracterizada por formas de relacionamento, linguagens e regras específicas” (CARRANO, 2000, p. 16).

Fazendo isso evitamos cair no erro do reducionismo, o que tem sido uma constante em diversas análises sobre a juventude, sobretudo as de tempos passados

- desde a “influência da filosofia especulativa do século XIX às orientações empírico-experimentais que marcaram boa parte” do século passado (Ibidem, p. 13). De acordo com Carrano, durante esse percurso “as pesquisas sobre a juventude transitaram por abordagens que se mostraram parcelares frente à complexidade social da questão” (Ibidem), ora centrando-se na dimensão biológica, ora na dimensão social ou na psicológica, o que tem contribuído para a construção de representações distorcidas sobre a juventude. Prova disso são as análises simplistas - denunciadas por autores como Carrano (2000), Fraga e Lulianelli (2003) e Souza (1999) - que por tantas vezes têm associado a juventude à ameaça social, à violência e ao desvio, como um problema social a ser enfrentado.

Mas o que é ser jovem então? Quais os critérios para se chegar a uma conceituação precisa sobre essa fase da vida humana? Enfrentar questões como essas não é tarefa fácil de realizar, como parece à primeira vista. Trata-se a juventude de uma construção sócio-histórica (FRAGA e LULIANELLI, 2003, p. 9) que varia de uma sociedade para outra, de acordo com suas expectativas, associadas, “paradoxalmente, à reprodução e à mudança social”. Ou seja, a juventude é concebida, ao mesmo tempo e lugar, tanto como um recurso de manutenção da ordem social vigente quanto como “um recurso do qual a sociedade dispõe e do qual se utiliza para modificar-se” (SOUZA, 1999, p. 23). Nesse sentido, o “ser jovem” está sujeito às influências e, até certa medida, às determinações sócio-históricas que cada sociedade, em cada época, lhe dispõe.

Desde a “influência da filosofia especulativa do século XIX às orientações empírico-experimentais que marcaram boa parte” do século passado, “as pesquisas sobre a juventude transitaram por abordagens que se mostraram parcelares frente à complexidade social da questão”.

De acordo com Carrano (2000, p. 12), uma maneira muito comum utilizada para se compreender a juventude é enquadrá-la dentro de uma determinada faixa etária, e analisá-la de acordo com as características próprias desse tempo. Porém, como adverte esse autor, “As idades não possuem um caráter universal. A própria noção de infância, juventude e vida adulta é resultante da história e varia segundo as formações humanas. Os estudos antropológicos nos mostram que os sentidos dos relacionamentos entre as gerações se distinguem nos tempos e espaços das sociedades”.

Nessa mesma direção, diz Dayrell (2000, p. 42), ainda que exista um caráter universal referente às transformações que ocorrem nos indivíduos de uma determinada faixa etária - como o amadurecimento biológico e as mudanças psicológicas que se realizam na vida de cada jovem -, será “muito variada a forma como cada sociedade, em cada tempo histórico determinado, e, no interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos”. É o que diz também Souza (1999, p. 16) quando aponta como aspectos determinantes para a definição da juventude o “lugar e o tempo” onde os jovens se encontram e, conseqüentemente, “as condições” em que vivem.

Apesar disso, geralmente os organismos nacionais e internacionais, ao tratar das questões referentes à juventude, baseiam-se em um determinado recorte etário, seja para efeito de estudos estatísticos, seja para definição e implementação de políticas públicas específicas para esse segmento, incluindo normas referentes a questões como idade-limite para início do trabalho profissional, para a responsabilidade penal etc. Como exemplo do que estamos dizendo, trazemos à reflexão a condição juvenil defendida no “Projeto Juventude”<sup>1</sup>, que estabelece a faixa de 15 a 24 anos de idade. De acordo com esse projeto a condição juvenil seria, idealmente:

[...] o tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. A pessoa torna-se capaz de produzir (trabalhar), reproduzir (ter filhos e criá-los), manter-se e prover a outros, participa plenamente da vida social, com todos os direitos e responsabilidades. Portanto, trata-se de uma fase marcada centralmente por processos de definição e de inserção social

<sup>1</sup> O “Projeto Juventude” é um amplo programa de estudos, pesquisas, discussões e seminários sobre as questões referentes à juventude, organizado pelo Instituto Cidadania em vários estados, no período de julho de 2003 a dezembro de 2004.

O significado da condição juvenil tem a ver diretamente com o mundo cultural no qual os jovens vivenciam as suas experiências.

No que refere a esse discurso da “inserção social”, veremos mais adiante que ele não é traduzido, na prática, no que tange à juventude mais pobre. Constataremos uma situação de abandono por parte do poder público e, conseqüentemente, o surgimento de um sentimento de inutilidade de grande parte dessa juventude, sobretudo por não conseguir alcançar seus objetivos. Vale ressaltar que esse sentimento não atinge a juventude em sua totalidade, por mais pobre que seja. Existe uma certa quantidade de jovens conscientes dos processos de exclusão que, por isso, encontra-se engajada nas lutas coletivas em busca da superação desses processos.

Como se percebe, a literatura sobre a condição juvenil indica uma multiplicidade de experiências e interpretações, o que nos faz descartar a idéia de homogeneização do conceito “juventude”, “já que são muitas e diversas as formas sociais de conflito e solidariedade envolvendo os jovens que vivem um momento biológico e social transitório, e portanto provisório, para o estabelecimento de relações estáveis” (SOUZA, 1999, p. 23).

Diante disso, é importante ressaltar a influência que a cultura



Apresentação musical durante a 3º Bienal de Cultura e Arte da UNE (Recife, 2003)

exerce na produção desse conceito (juventude), assim como na própria vivência e nas escolhas realizadas pelos jovens.

### Juventude: cultura e identidade

A escolha pela temática deste trabalho advém do reconhecimento da cultura como elemento significativo para a constituição das identidades juvenis. O significado da condição juvenil tem a ver diretamente com o mundo cultural no qual os jovens vivenciam as suas experiências, seja no meio familiar, na escola, no trabalho, nas relações realizadas durante o tempo livre etc. Mergulhados nesse mundo cultural, os jovens vão se constituindo enquanto sujeitos por meio de experiências interativas nas quais compartilham seus valores, crenças, desafios, projetos, desilusões.

Trata-se de um processo dialético, ora harmonioso, ora marcado por tensões e conflitos, no qual

as experiências juvenis vão se legitimando dentro da dinâmica sócio-cultural em que está inserida a juventude. Nesse sentido, vale destacar que os contextos são diversos, e que a construção da identidade vai depender da qualidade das interações estabelecidas, bem como das condições disponíveis, o que nos leva a refletir criticamente sobre o lugar da juventude mais pobre no cenário atual, apontando para a necessidade de uma participação política mais efetiva nas lutas sociais por parte desse segmento. Faremos isso a partir de uma discussão em torno da cultura, uma vez que ela tem sido um dos canais mais utilizados para a interlocução com a juventude e por onde esta tem expressado as suas expectativas e esperanças, bem como a sua compreensão de mundo e de sociedade.

Reconhecendo a amplidão das dimensões que a categoria cultura abrange e, conseqüentemente, a impossibilidade de neste trabalho discuti-las com profundidade, priorizaremos, então, alguns elementos que consideramos necessários à compreensão do processo de identificação juvenil.

Cada sociedade cria suas expectativas em torno da juventude, procurando imprimir nesta suas normas, valores, crenças, modos de comportamento etc, vislumbrando através desse investimento a sua continuidade no tempo.

Iniciamos esse momento com o conceito de cultura proposto por Cool (2002), o qual, a partir de uma perspectiva de diversidade intercultural, concebe a cultura como algo que perpassa todas as práticas/experiências humanas, ou seja:

[...] é o conjunto de crenças, mitos, conhecimentos, instituições e práticas por meio dos quais uma sociedade afirma sua presença no mundo e garante sua reprodução e permanência no tempo. Ou seja, é um modo de vida que abrange toda a realidade existencial das pessoas e comunidades de uma sociedade, e não apenas as artes, o folclore e as crenças

Como se percebe, o termo cultura se estende às mais diversas áreas, sejam elas de ordem material, sejam elas de ordem simbólica, como a política, a religião, a ciência, a economia etc. Mas, desse conceito, interessa-nos analisar a parte que diz respeito à reprodução e à permanência da sociedade no tempo, particularmente o processo de transmissão cultural e a sua relação com a condição juvenil.

Dissemos anteriormente que cada sociedade cria suas expectativas em torno da juventude, procurando imprimir nesta suas normas, valores, crenças, modos de comportamento etc, vislumbrando através desse investimento a sua continuidade no tempo, como assim aparece no conceito expresso por Coll. Para isso, existem os processos educativos, formais ou não, através dos quais a juventude vai assimilando ou resistindo os/aos bens culturais

As experiências realizadas no tempo da juventude exercem uma forte influência na formação das identidades juvenis, haja vista que esse período é por demais sensível às constituições identitárias.

que lhes são apresentados - ou, por vezes, impostos. As realidades em que se dão tais processos são as mais diversas e complexas, e mesmo numa única realidade, ou seja, em um contexto sócio-histórico singular, é possível que diversos processos/experiências estejam acontecendo simultaneamente, o que favorece aos jovens alternativas múltiplas de identificação. De acordo com Carrano (2000, p. 19):

O processo de identificação ocorre num mundo de complexidade, de possibilidades e de escolhas que se efetivam como adesão ou combate aos constrangimentos a que os sujeitos estão submetidos. O 'eu' é relacional e móvel, se redefinindo continuamente como resposta a uma dinâmica social que exige uma multiplicidade de linguagens e relações para a produção das identidades

Tais questões encontram eco nas palavras de Mische (1997) quando essa autora expõe algumas dificuldades teóricas em torno da categoria "identidade". Para ela, "O problema principal é como reconciliar as pressuposições estáticas, categóricas e substancialistas da palavra com uma visão dinâmica, processual e interativa" (p. 139). Segundo esta mesma autora, alguns pesquisadores do campo dos movimentos sociais estão buscando como saída para esse dilema a incorporação do trabalho de "análise de redes sociais", se-

gundo o qual é enfatizado "o caráter relacional — em vez de puramente categórico ou atribucional — de identidades, baseadas em redes sociais" (Ibidem).

Embora reconheça o avanço que esses pesquisadores proporcionaram no que tange ao entendimento "do caráter múltiplo e interativo de identidades", Mische argumenta que os resultados de seus trabalhos são insuficientes como respostas às dificuldades que o conceito apresenta, pois ainda sofreriam de uma visão "substancialista e determinista, vendo identidades como algo pré-existente nas relações sociais" (Ibidem). Para ela, é necessária a utilização de outros instrumentos de análise, que sejam mais flexíveis, menos estáticos e menos deterministas, de tal forma que possam "compreender o dinamismo, as contingências e a multiplicidade das experiências e interações sociais" (Ibidem, p. 138). Nesse sentido, Mische aponta alguns elementos que servem de suporte para a compreensão do conceito de identidade.

Em primeiro lugar, a autora discute a identidade sob o ponto de vista do "reconhecimento", o qual é realizado a partir de alguns atributos, "como classe, gênero, raça, ou nacionalidade" (Ibidem, p. 139). Para ela, tais atributos indicam apenas "identidades possíveis, que se tornam visíveis, efetivas e relativamente 'fixas'" somente quando passam pelo reconhecimento público, "dentro do que Pizzorno (1986) chama de 'círculos de reconheci-

mento” (Ibidem). De acordo com Mische (Ibidem), nesse conceito é abarcado “a dimensão intersubjetiva de redes sociais”, a exemplo da escola, do bairro, do trabalho, onde cada qual com seu repertório próprio de “reconhecimentos coletivos” torna visível “as dimensões específicas de experiências” que naquele círculo são consideradas importantes, dentre as diversas possibilidades “de conexões que poderiam ser feitas”. Daí, pressupõe a autora, a idéia de que a identidade não é determinada apenas pelos atributos e pela posição social, mas também pelas “experiências e orientações coletivas dentro de um contexto” que amplia os espaços para outras formas de reconhecimento.

A identidade é tratada também por Mische sob o ponto de vista da “experimentação”. Para ela, as experiências realizadas no tempo da juventude exercem uma forte influência na formação das identidades juvenis, haja vista que esse período é por demais sensível às constituições identitárias. É um tempo em que as pessoas experimentam várias expressões públicas, procurando reconhecimento no meio de diversos “‘círculos’ (ou redes): família, colegas, escola, trabalho, atividades de lazer e, às vezes, atividade política”. Nesse tempo são firmados “compromissos (ainda que provisórios) com laços sociais e significados coletivos”, que influenciarão na realização de opções por toda a vida.

A identidade, sob o ponto de vista da “orientação”, é outra questão que Mische discute em seus trabalhos. Nesse item, a autora defende a idéia de que as identidades são necessárias aos indivíduos como mecanismos de orientação, que servem “para dar direção e forma à ação futura” (MISCHE, 1997, p. 140). Para Emirbayer e Mische (apud MISCHE, 1997, p. 140) as identidades são mobilizadas como suporte para atender aos “projetos emergentes dos atores, pelos quais eles tentam resolver conflitos e criar novas oportunidades de ação”.

Essa noção transcende as determinações de grupo, de categoria ou de classe, uma vez que as identidades são mobilizadas de forma seletiva, de maneira que os jovens “têm algum espaço de escolha, manobra e, às vezes, invenção de caminhos e direções de vida”. As experiências cotidianas e o contato com diversos projetos e identidades abrem um leque de possibilidades para que os jovens façam suas escolhas, o que muitas vezes resulta “em uma fusão de múltiplos ‘proje-

Afirmamos a diversidade cultural como "expressão real da criatividade humana mais profunda".

tos-em-formação’, cristalizados numa dada identidade social” (Ibidem).

É importante dizer que, em cada época, cada sociedade tem mantido um “diálogo” distinto com a juventude, sendo esta “colocada no palco de relações consigo mesma e com outras gerações que representavam a cristalização de normas, valores e expectativas” (SOUZA, 1999, p. 22). Essas relações com outras gerações, em muitos casos, são marcadas por tensões e resistências, já que se trata de contextos e épocas diferentes que se encontram e se estranham.

Advogando em defesa da juventude, entendemos que tal estranhamento dá-se, sobretudo, devido à pouca ou nenhuma participação dos jovens na construção da dinâmica social na qual se inserem. Como diz Dayrell (2003, p. 43), quando



Estudantes de teatro em manifestação estudantil no MASP

Educação geralmente tem se apresentado livre de valores, defensora de uma suposta neutralidade no processo de apreensão da realidade. Através desse tipo de educação apenas a história dos vencedores é contada, e por meio dela são transmitidos os seus valores, as suas crenças e as suas prescrições.

cada jovem nasceu “a sociedade já tinha uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu desse sujeito, portanto não foi produzida por ele”. Logo, é compreensível que nessas experiências relacionais alguns elementos não sejam compartilhados por determinados grupos juvenis, o que não impede que outros grupos se apropriem dos mesmos, por se adequarem ao seu quadro referencial.

Como diz Laraia (1986, p. 82), “A participação do indivíduo (ou de um determinado grupo) em sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura”. Quanto a isso, acreditamos que além da resistência há algo de que a juventude não participou enquanto sujeito de sua construção. Apontamos também as precárias condições de acesso, quando se tem, aos bens culturais a que alguns grupos juvenis estão submetidos. Essa questão remete a uma discussão, que faremos posteriormente, sobre as políticas públicas para a juventude.

Embora incidentes aconteçam quando gerações diferentes se relacionam, colocando-se à prova valores, modos de comportamento, visões de mundo etc, tal experiência é importante e necessária, tanto para a continuidade existencial da sociedade como para a dos próprios indivíduos da relação. Desse processo espera-se da juventude o desempenho de um papel muito significativo, ou seja, o de ser “um elo necessário do presente com o passado, porque transita de um tempo para outro e porque assimila um conteúdo atribuído pelo tempo e lugar que na história pode ou não permanecer

como transformador. Seu conceito deve ser formulado dentro de uma concepção de que o tempo incorpora e atribui propriedades aos jovens que são, ora mais, ora menos, elementos mediadores de um processo civilizatório contraditório e conflitivo” (SOUZA, 1999, p. 25).

Desde o início, existe então uma hierarquia de fato entre as culturas que resulta da hierarquia social.

Porém, não podemos ter a presunção de que “ser um elo” significa garantia de continuidade linear na história da sociedade, ainda mais atualmente, quando o uso das novas tecnologias da comunicação torna mais intensos os processos interativos, fazendo com que culturas diversas se encontrem e compartilhem seus modos de existência – processo que pode provocar rupturas e redefinições. De fato, os intercâmbios culturais, alargados pelas mudanças tecnológicas, podem dar um novo rumo às perspectivas históricas e ideológicas, colocando em questão determinados referenciais que, até então, gozavam de legitimidade quase que natural.

E aqui fazemos o reconhecimento da diversidade cultural como uma realidade que, pouco a pouco, vai se fazendo presente na vida da juventude, tornando-a mais humana e mais aberta para o acolhimento do “outro”, com todas as suas potencialidades e contradições. Por isso, assim como Coll (2002, p. 40), afirmamos a diversidade cultural como “expressão real da criatividade humana mais profunda, que procura construir-se e situar-se em determinado

ponto do tempo e do espaço e sem a qual ser pessoa não faz sentido. A diversidade cultural é a expressão da vontade de ser, a configuração da realização de uma vida plena e em comunhão com toda a realidade”.

Entretanto, essa perspectiva não faz sentido em um contexto em que a juventude é impedida de ser (FREIRE, 1987), no qual prevalece uma relação de favor e de dependência, a não ser que se tenha como horizonte uma “ação cultural para a liberdade” (FREIRE, 1979) e para a humanização das pessoas em relação. Atingir essa meta (da humanização) é uma necessidade para qualquer cultura/sociedade que vislumbra na juventude a sua continuidade e regeneração, o que não acontecerá plenamente enquanto houver “situações limites” em que a juventude se encontra quase que “coisificada” (FREIRE, 1987).

Nesse sentido, é imprescindível o exercício da crítica à educação capitalista, a qual, historicamente, tem sido utilizada pelas elites dirigentes como um meio de dominação ideológica e de fortalecimento das situações de mistificação da realidade social. De acordo com Freire (1987), essa perspectiva de educação geralmente tem se apresentado livre de valores, defensora de uma suposta neutralidade no processo de apreensão da realidade. Nas palavras de Garcia (p. 9), através desse tipo de educação apenas a história dos vencedores é contada, e por meio dela são transmitidos os seus valores, as suas crenças e as suas prescrições.

Críticas também não faltam quanto ao uso dos meios de comunicação social por parte dos grupos dominantes, que através

desse instrumentos têm exercido o controle e a vigilância sobre as camadas mais pobres. No caso da juventude, que é um dos segmentos mais atingidos por esses meios, percebemos, assim como Freire (1992), que a propaganda ideológica e a “sloganização” política têm contribuído para o desconhecimento tanto de como a sociedade funciona como dos mecanismos utilizados para a geração e a manutenção das desigualdades sociais das quais os jovens são vítimas.

Essas questões remetem ao debate que Cuche (1999, p. 143) faz sobre as “hierarquias sociais e culturais”. Segundo esse autor

As culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais. Desde o início, existe então uma hierarquia de fato entre as culturas que resulta da hierarquia social. Pensar que não há hierarquia entre as culturas seria supor que as culturas existem independentemente umas das outras, sem relação umas com as outras, o que não corresponde à realidade

De fato, a existência das culturas dominante e dominadas/oprimidas, assim como as relações entre elas tem sido um tema considerado relevante em vários estudos e pesquisas. No trabalho que estamos realizando também não é diferente, uma vez que sobre a juventude é exercida acentuada pressão cultural, segundo a qual são ditados, sistematicamente, modos de comportamento, valores, ilusões de consumo etc. Essa realidade resulta, em muitos casos, em uma conformação



Jovem punk chuta carro da Globo durante protesto em São Paulo

à situação de desumanização e, talvez pior, em uma introjeção profunda dos valores e idéias do “outro” – neste caso, o opressor/dominante – como sendo seus (FREIRE, 1987).

Essa situação desafia a todos aqueles que lutam pela emancipação da juventude, exigindo de cada um empenho redobrado no sentido de criar condições para que os jovens possam “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (FREIRE, 1996, p. 46).

Enfim, todas as questões levantadas até aqui expressam um pouco a representação que temos sobre a juventude e fornecem alguns elementos para uma compreensão mais crítica e contextualizada de seus processos de identificação, de modo a evitar idéias pré-concebidas e julgamentos inadequados a seu respeito.

No item a seguir, discutiremos um pouco sobre a realidade na qual está inserida a juventude com quem trabalhamos e a sua participação na luta pela elaboração e efetivação das políticas públicas.

## Políticas públicas e participação juvenil

Recentemente, há pouco mais de trinta anos, teve início um intenso processo de transformações nos campos social, econômico, político, cultural, científico e tecnológico. Tais transformações originaram-se como respostas à crise capitalista mundial, que teve seu início nos primeiros anos da década de 70 (BIANCHETTI, 1996). A partir dessas transformações, obteve-se um avanço considerável nos campos da ciência e da tecnologia e, conseqüentemente, no desenvolvimento da racionalidade capitalista. Isso significou, por um lado, o aumento considerável da produtividade e da apropriação indébita do excedente dessa produtividade pelos setores dominantes, e por outro a redução de trabalhadores no processo produtivo (desemprego estrutural) e a maior precarização do trabalho (RAMOS, 2001).

Como agravante dessa situação, houve o redirecionamento político-econômico do Estado (BIANCHETTI, 1996), que, progressivamente, diminuiu seus serviços de proteção social, privatizando e desmantelando boa parte de suas instituições. Essas medidas fazem parte do ideário neoliberal, o qual vem ameaçando as soberanias nacionais e impondo aos países mais pobres os interesses e privilégios dos grandes grupos transnacionais e dos países centrais.

Essa realidade nos conduz ao entendimento de que estamos diante de um modelo de Estado que não cumpre com suas funções sociais. Daí a deterioração das políticas públicas. Daí também um acúmulo de conflitos

Grande parte da juventude não consegue discernir a ideologia subjacente ao mundo cultural que a envolve, nem tampouco consegue visualizar a quem e/ou contra quem serve tal tipo de cultura.

tos e contradições que refletem a falta de condições mínimas para que as pessoas possam desenvolver as suas potencialidades.

Como ilustração dessa situação, citamos os ínfimos espaços de cultura e de lazer voltados para a juventude mais pobre, o que demonstra um descaso desmedido por parte do poder público, que não se interessa em mobilizar ações efetivas visando ao atendimento satisfatório das demandas desse segmento.

Com efeito, Brenner, Dayrell e Carrano (2005), a partir de pesquisa sobre a juventude, de âmbito nacional, chegam ao entendimento de que os jovens dos setores populares são os que apresentam maiores dificuldades de participar das atividades e dos equipamentos culturais disponíveis. Para esses autores deveria haver um investimento mais intenso para que tais iniciativas fossem democratizadas, uma vez que o segmento juvenil é um dos mais vulneráveis.

Na referida pesquisa consta que 88% dos jovens consultados nunca participaram de projeto cultural algum, seja ofertado pelo poder público, seja por alguma ONG. Essa realidade é confirmada por outra pesquisa, realizada pelo IBGE, instituição que buscou investigar, nos 5.560 municípios brasileiros, a infraestrutura referente a 17 equipamentos culturais (BRENNER, DAYRELL E CARRANO, 2005, p. 178). Como resultado temos que, dentre os municípios investi-

gados, em apenas 43% deles há livrarias; os teatros e cinemas estão presentes em 19% e 8%, respectivamente; a televisão a cabo em 7%. Esses exemplos indicam que os equipamentos e atividades culturais são temas desprestigiados na pauta das políticas governamentais, apesar de representarem dimensões importantes da vivência juvenil (ABRAMO, 2001).

As críticas aqui levantadas não se restringem apenas à carência dos espaços de cultura e lazer, ao seu mau funcionamento ou ao difícil acesso aos equipamentos culturais ora existentes. Além disso, as críticas se dirigem também ao tipo de cultura que, hegemonicamente, é difundida junto à juventude, seja através dos meios de comunicação de massa, seja através do sistema de educação formal etc. Utilizada como um instrumento de dominação e alienação (MARTINS e GULLAR, 1983), esse tipo de cultura (inautêntica) contribui para a reprodução da ordem social, submetendo a juventude oprimida às prescrições dos grupos dominantes / opressores (FREIRE, 1987). Trata-se de um processo de manipulação e controle, no qual é forjada nos jovens uma falsa identificação com os valores e as idéias dominantes. Nesse processo, escamoteiam-se as contradições, ocultam-se a dominação e, em nome da “paz”, busca-se uma convivência “harmoniosa”.

Imersa nesse processo, grande parte da juventude não consegue

discernir a ideologia subjacente ao mundo cultural que a envolve, nem tampouco consegue visualizar a quem e/ou contra quem serve tal tipo de cultura. Como diz Scocuglia (2001, p. 68), parafraseando Paulo Freire, “A problemática fundamental do oprimido e da construção de uma pedagogia (hegemonia) a ser formulada ‘com’ ele concentra-se na ‘hospedagem’ dos valores/interesses/necessidades dos opressores na sua consciência, o que impediria a real percepção de subalternidade na qual se encontra e a tomada de posição em sentido contrário”.

Essa realidade demanda um modelo de educação libertadora, na qual os jovens possam desenvolver uma consciência crítica da realidade que lhes desafia e, conseqüentemente, assumir sua posição de sujeitos no mundo em que vivem. Nesse sentido, percebemos a conscientização como uma possibilidade histórica e necessária à práxis libertadora, na qual os jovens vão descortinando a realidade e se percebendo como sujeitos capazes de intervir criticamente nela, buscando superar a cultura de dominação. Como afirma Freire (1982, p. 109),

Não há conscientização se de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe social explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente ação no processo daquela luta.



Diante de tudo o que vimos e discutimos neste trabalho, percebemos que as condições atuais não favorecem aos jovens, particularmente dos setores populares, uma construção identitária condizente com suas reais aspirações. Essa realidade coloca de forma premente a necessidade de políticas públicas específicas para esse segmento. Entretanto, para além disso a realidade atual nos remete a uma necessidade

maior: a da construção de um projeto de sociabilidade alternativo, diferenciado da ordem capitalista vigente, e voltado para sua transformação.

O caminho percorrido até aqui nos permite dizer que o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade social, especialmente por parte da juventude, não será tarefa fácil. Entretanto, muitos processos

de luta vêm se desencadeando no meio juvenil, ampliando os espaços simbólicos por onde as interações se realizam, e impulsionando assim a formação de uma consciência avançada entre os jovens. ●

\*ISAAC ALEXANDRE DA SILVA é psicólogo, mestre em Educação Popular (UFPB).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena W. Juventude e cultura. In: *Cartilha Dito e feito*. São Paulo, nº 4, 2001.
- BIANCHETTI, Roberto G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- BRENNER, Ana K; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo C. R. *Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros*. In: ABRAMO, Helena W; BRANCO, Pedro P. M. (orgs). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p.s 175-214.
- CARRANO, Paulo César R. Juventudes: as identidades são múltiplas. In: *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFF*. Nº 1. Niterói: DP&A editora, maio / 2000.
- CHAUI, Marilena. *Compromisso e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- COLL, Augustí N. *Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização*. São Paulo: Instituto Polis, 2002.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: *Revista Brasileira de Educação*. Nº 24. Campinas, set/out/nov/dez 2003. p.s 40-52
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONH, Maria da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARTINS, Carlos E; GULLAR, Ferreira. A questão da Cultura Popular: tentativa de conceituação. In: FÁVERO, Osmar (org). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p.s 15-31.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes jovens e participação política. In: *Revista Brasileira de Educação*. Nºs 5 e 6. Campinas, mai/jun/jul/ago 1997; set/out/nov/dez 1997. p.s 134-150.
- PROJETO JUVENTUDE. *Documento de conclusão: versão inicial para discussão, complementação e ajustes*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.
- GARCIA, Regina L. Movimentos sociais - escola-valores. In: \_\_\_\_\_. (org). *Aprendendo com os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. *A história das idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas*. 3 ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2001. p.s 65-96.
- VERÁS, Roberto. Notas sobre educação participativa em um contexto de mudança social. In: GARCIA, Regina L (org). *Aprendendo com os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.